



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL  
RICARDO VALE - PT



REQUERIMENTO N° RQ 3113 /2017

(Do Sr. Deputado Ricardo Vale)

LIDO  
31/10/17

Setor Protocolo Legislativo  
RQ N° 3113 / 2017  
Folha N° 01 E.J.

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 06 de novembro do corrente ano, no Plenário desta Casa de Leis para que as Entidades, Autoridades do Setor e Acadêmicos discutam propostas de um novo modelo para o Setor Energético para o Distrito Federal e para o país.

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 145, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação deste REQUERIMENTO para realização de Audiência Pública, no dia 06 de novembro do corrente ano, as 15H00, no Plenário desta Casa de Leis, para que as Entidades, Autoridades do Setor e Acadêmicos discutam um novo modelo para o Setor Energético para o Distrito Federal e para o país.

#### JUSTIFICAÇÃO

O Setor Energético Brasileiro (SEB) é essencial para uma digna qualidade de vida. Assim, amplos segmentos defendem uma forte presença do estado nesse setor, condição necessária para que o agente público tenha capacidade de continuar a realizar os investimentos necessários para que o Brasil prossiga na universalização dos serviços.

De acordo como o DIEESE, "O setor elétrico vem enfrentado mudanças importantes desde a edição da Lei 12.783/2013, que definiu as regras para a renovação de um conjunto de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica". O recente anúncio do atual governo federal, da adoção de uma política de privatizações no setor com a venda de ativos da Eletrobras e a possível venda de distribuidoras estaduais, deverá marcar o inicio de uma fase que poderá trazer grandes prejuízos para a população e para o país.

Nesse momento, Senhor Presidente, a atuação de amplos setores da sociedade concentra-se na luta contra privatização do SEB, considerando que prejudicará a população com aumento ainda maior de tarifas para os consumidores; colocará em risco o fornecimento de energia para os municípios do interior, já que uma empresa privada visará exclusivamente o lucro e não terá obrigações sociais com a população mais pobre; aumentará o desemprego; sem contar a questão da soberania nacional, já que permitiria a livre entrada do capital estrangeiro.

Além disso, ainda segundo o DIEESE, com o veto presidencial na Lei 13.360/2016 da emenda que garantia parte dos empregos das empresas que deverão ser privatizadas, nenhuma referência é feita aos trabalhadores das empresas que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
20/10/2017 15:46

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
20/10/2017 15:46



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL**  
**RICARDO VALE - PT**



serão vendidas ou das concessões que serão leiloadas. Isto é, são milhares de trabalhadores que poderão perder os seus empregos num futuro próximo.

A energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. No Brasil, país de dimensões continentais, os desafios são imensos e cada vez mais o setor tem um papel estratégico para o crescimento da economia. A energia elétrica brasileira tem sua geração composta majoritariamente por fontes hidroelétricas renováveis e o setor está entre os mais modernos e robustos do mundo.

Devemos levar em conta que mais de 90% (noventa por cento) da energia consumida no Distrito Federal e Entorno é gerada e fornecida por empresas estatais que estão na mira do projeto de privatização anunciado pelo governo federal, o que, segundo especialistas, traria sérios riscos no fornecimento e aumento significativo da tarifa.

Atualmente a responsabilidade pela gestão e manutenção do sistema está nas mãos dos mais de 230 mil trabalhadores espalhados por todo o país. Na década de 1990, a privatização e a falta de investimentos levaram o setor a viver momentos muito difíceis, fazendo com que ainda hoje sofra com a crescente precarização das condições de trabalho que ocorre sobretudo com a terceirização indiscriminada, que já corresponde a mais de 55% do total de trabalhadores.

Um novo modelo para o setor energético pressupõe, entre outros, uma grande participação estatal para o seu contínuo desenvolvimento; o combate à precarização do trabalho e terceirização indiscriminada; a expansão e democratização do acesso ao sistema elétrico, com tarifas justas para todos; remuneração e benefícios dignos e condizentes com a responsabilidade que os trabalhadores do setor têm para com nosso país.

Assim, Senhor Presidente, é de extrema importância que esta Casa dialogue com as instituições e especialistas do Setor esse novo modelo energético brasileiro.

Diante do exposto, solicitamos aos nossos pares a aprovação da presente Audiência Pública.

Sala de Sessões, de outubro de 2017.

Setor Protocolo Legislativo  
RA N° 3113 / 2017  
Folha N° 02 E.J.

Ricardo Vale  
Deputado Distrital – PT/DF

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
06/11/2012  
HORA: 15h LOCAL: Plenário  
Assunto: Palestra  
Data: 11.6.08



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

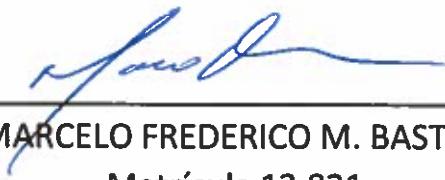
Unidade responsável: Secretaria Legislativa

**Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.113/17.**

**Autoria: Deputado (a) Ricardo Vale (PT)**

Ao SPL para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa para inclusão na Ordem do Dia. (Art. 145, VIII do RICL).

Em 01/11/17

  
\_\_\_\_\_  
MARCELO FREDERICO M. BASTOS  
Matrícula 13.821  
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo  
RQ N° 3113, 2017  
Folha N° 03 ED.